



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

CLEDENILDA FERREIRA RODRIGUES

**SEGURANÇA DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO:
UM ESTUDO ACERCA DA SAÚDE OCUPACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS**

**SUMÉ - PB
2021**

CLEDENILDA FERREIRA RODRIGUES

**SEGURANÇA DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO:
UM ESTUDO ACERCA DA SAÚDE OCUPACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Engenharia de Produção do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Engenharia de Produção.

Orientador: Professor Ma. Fernanda Raquel Roberto Pereira.

Coorientador: Professor Me. Josean da Silva Lima Junior.

**SUMÉ - PB
2021**



R696s Rodrigues, Cledenilda Ferreira.

Segurança do trabalho no setor público : um estudo acerca da saúde ocupacional dos servidores públicos. / Cledenilda Ferreira Rodrigues. - 2021.

36 f.

Orientadora: Professora Mestra. Fernanda Raquel Roberto Pereira; Coorientador: Professor Esp. Josean da Silva Lima Junior.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Engenharia de Produção.

1. Segurança do trabalho. 2. Saúde ocupacional. 3. Doenças ocupacionais. 4. Qualidade de vida - servidores públicos. 5. Serviço público - afastamento por saúde ocupacional. 6. Absenteísmo. 7. I. Pereira, Fernanda Raquel Roberto. II. Lima Junior, Josean da Silva. III. Título.

CDU: 331.101.1(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CLEDENILDA FERREIRA RODRIGUES

**SEGURANÇA DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO:
UM ESTUDO ACERCA DA SAÚDE OCUPACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Engenharia de Produção do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Engenharia de Produção.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Ma. Fernanda Raquel Roberto Pereira.
Orientadora - UFCG/CDSA/UAEP**

**Professor Me. Josean da Silva Lima Junior.
Coorientador - UFCG/CDSA/UAEP**

**Bacharel Fernanda Ferreira Santos.
Examinadora I - UFCG**

**Professor Dr. Yuri Laio Teixeira Veras Silva.
Examinador II - UFCG**

Trabalho aprovado em: de 27 de maio de 2021.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, me deram forças para não desistir dessa batalha, em especial à minha mãe Valdilene, por todo apoio incondicional ao longo da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grata a Deus, por me permitir chegar até aqui, por me manter firme mesmo diante das inúmeras adversidades durante a minha extensa jornada da graduação, creio que há um propósito dEle em tudo.

A minha mãe Valdilene, minha maior incentivadora, meu colo, meu apoio, minha inspiração de força e coragem, meu maior exemplo de vida, a quem devo minhas vitórias em qualquer lugar que me encontre, por todo apoio e cuidado incondicional, por abdicar dos próprios desejos em prol dos meus sonhos, que se tornaram seus com toda sua fé de um amanhã melhor.

Ao meu pai Daniel, que mesmo sem a intenção e sem ao menos compreender meus propósitos, me orgulha em saber do seu zelo genuíno por mim, me encorajando a enfrentar tudo até aqui por nós.

Aos meus avós, Seu Vital e Dona Ventura, pela bênção de tê-los conosco e pelo cuidado a mim dedicados desde sempre.

As minhas irmãs Vaninha e Claudinha, por sempre se fazerem presentes, apesar de fisicamente distantes, por sempre acreditarem no meu sucesso, por sempre me apoiarem nas minhas decisões, por serem, sobretudo, minhas amigas em qualquer situação. Aos meus irmãos, Sérgio e Gilminha, pela felicidade compartilhada. Aos meus sobrinhos, Felipe, Rian, Fernanda, Sofia, Renan, Lucas e Miguel, por se orgulharem da tia.

Ao meu amor Matheus, por dividir a vida, por chegar e me ajudar nos momentos mais importantes dessa jornada, por acreditar em mim, às vezes mais do que eu mesma, por ser meu maior fã, por ser meu aconchego, meu ponto de paz.

A minha Orientadora Fernanda Raquel, por aceitar estar comigo nessa etapa fundamental da graduação, por sua dedicação como profissional, pela compreensão ao longo desse processo. Estendo os agradecimentos ao meu Coorientador Josean Junior, que agregou ainda mais na construção desse trabalho.

Aos professores da UAEP, demais profissionais do CDSA e a todos os envolvidos direta e indiretamente pela contribuição dada a mim enquanto estudante, seus conhecimentos foram fundamentais para minha evolução pessoal e formação profissional.

Aos meus queridos amigos, Regiane Rodrigues, Dany Francis, Duda Castro, Marília Brito, Mathias Brito, Vitória Gonçalves, Everilda Brito, Jackson Silvano, Marcone Silva e Socorro Matias, por todos os momentos que tornaram a vida mais leve.

A todos os envolvidos, direta e indiretamente, muito obrigada!

RESUMO

A Segurança do Trabalho no Brasil compreende a obrigatoriedade da adoção de práticas que proporcionem melhores condições de trabalho a partir de Normas Regulamentadoras (NR). Estas normas, assim como todas as leis complementares e decretos existentes na legislação trabalhista, dispõem-se para garantir a integridade física, conseqüentemente, a saúde e segurança dos colaboradores. Pode-se validar a aplicação das NRs compatíveis as particularidades de cada atividade para manutenção da integridade física e mental dos servidores públicos para atender a saúde ocupacional. A partir do pressuposto que não há acompanhamento do trabalho no setor público no que se refere a segurança do trabalho dos servidores das mais diversas categorias, o estudo objetivou analisar pesquisas relacionadas à saúde ocupacional de servidores públicos, evidenciando a necessidade de maior atenção a implantação de ações de saúde e segurança no ambiente de trabalho desses profissionais. Realizou-se análise de resultados em 8 (oito) artigos científicos que melhor atenderam a proposta do tema. Pode-se falar que as pesquisas realizadas são pequenos avanços acerca da busca por melhores condições de trabalho dos servidores públicos, mas ainda não são suficientes para diagnosticar a situação atual de trabalho e proporcionar bem-estar no ambiente laboral da grande maioria dos profissionais. Sendo assim, propõe-se para trabalhos futuros, a realização de estudos de casos voltados a investigar a situação do ambiente de trabalho das categorias de profissionais dos serviços operacionais do setor público.

Palavras-chave: absenteísmo-doença; afastamento; doenças ocupacionais; normas regulamentadoras; qualidade de vida.

ABSTRACT

Occupational Safety in Brazil comprises the obligation to adopt practices that provide the best working conditions based on Regulatory Norms (NR). These norms, as well as all the complementary laws and decrees existing in the labor legislation, are due to guarantee the physical integrity, consequently, the health and safety of employees. It is possible to validate the application of the NR compatible as particularities of each activity to maintain the physical and mental integrity of public servants to attend to occupational health. Based on the assumption that there is no monitoring of work in the public sector with regard to the job security of civil servants in the most diverse categories, the objective study analyzed research related to the occupational health of civil servants, highlighting the need for greater attention to the implementation of health and safety actions in the professional work environment. Results were analyzed in 8 (eight) scientific articles that best met the theme's proposal. It can be said that the researches carried out are small advances regarding the search for better working conditions for public servants, but they are still not enough to diagnose the current work situation and provide well-being in the work environment of the vast majority of professionals. Therefore, it is proposed for future work, the realization of case studies aimed at investigating the situation of the working environment of the categories of professionals in the operational services of the public sector.

Keywords: absenteeism-illness; clearance; occupational diseases; regulatory standards; quality of life.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regulamentação da saúde e segurança do trabalho ao longo dos anos.....	13
Tabela 2 - Filtros utilizados para identificação de produção científica sobre o tema.....	23
Tabela 3 - Portfólio de artigos científicos selecionados.....	24
Tabela 4 - Relação de periódicos em que estão publicados os artigos científicos que compõem a base da pesquisa.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

EPI - Equipamento de Proteção Individual

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NR - Normas Regulamentadoras

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

DORT - Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

LER - Lesões por Esforços Repetitivos

SAT - Seguro de Acidentes do Trabalho

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SESMT - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho

SMT - Segurança e Medicina do Trabalho

SST - Saúde e Segurança do Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	OBJETIVOS.....	11
1.1.1	Objetivo Geral.....	11
1.1.2	Objetivos Específicos.....	11
2	JUSTIFICATIVA.....	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1	SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL.....	13
3.2	SEGURANÇA DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO.....	15
3.3	NORMAS REGULAMENTADORAS.....	15
3.4	RISCOS NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	17
3.4.1	Norma Regulamentadora nº 9.....	17
3.4.2	Norma Regulamentadora nº 15.....	18
4	METODOLOGIA.....	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
5.1	FILTRAGEM DE RESULTADOS.....	23
5.1.1	Dados Coletados.....	23
5.1.2	Análise de Dados.....	26
6	CONCLUSÕES.....	30
6.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A Segurança do Trabalho no Brasil compreende a obrigatoriedade da adoção de práticas que proporcionem melhores condições de trabalho a partir de Normas Regulamentadoras (NR), a fim de garantir a prática segura de quaisquer atividades trabalhistas, uma vez que, desde a antiguidade, no império Babilônico, já se tratava sobre relação entre o adoecimento dos trabalhadores e as atividades laborais (BARSANO e BARBOSA, 2018).

Constam na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) as Normas Regulamentadoras (1989), onde estão descritas todas as operações realizadas no ambiente de trabalho que oferecem riscos ao trabalhador. A Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), vem sofrendo alterações ao longo dos anos a fim de aprimorar a legislação trabalhista no que tange a Segurança e Medicina do Trabalho (SMT)

A Segurança e Medicina do Trabalho deram origem ao termo e significado da saúde ocupacional nas grandes organizações, tendo como característica principal a pluralidade no que se refere a qualificação de pessoal que formava equipes com diversos profissionais enfatizando a higiene no setor industrial (MENDES e DIAS, 1991).

Todas as Normas Regulamentadoras, assim como todas as leis complementares e decretos existentes na legislação trabalhista, dispõem-se para garantir a integridade física, conseqüentemente, a saúde e segurança dos trabalhadores, dessa forma podendo proporcionar qualidade de vida no ambiente laboral (FERREIRA *et al.*, 2012).

O reconhecimento de atividades insalubres e perigosas representou um avanço significativo nas relações trabalhistas (BORGES, 1996), tendo em vista os acidentes ocorridos em virtude do trabalho. Contudo, os órgãos responsáveis por registrar os acidentes de trabalho no Brasil, ainda possuem dados defasados devido à limitação existente na captação dessas informações (FILGUEIRAS, 2017).

Nardi e Ramminger (2007) explicam a superficialidade de ações voltadas à saúde ocupacional de servidores públicos, que não integram políticas públicas consistentes. Dada a escassez de atenção às condições de trabalho dos profissionais da rede pública, o presente trabalho está fundamentado na necessidade de investigar a realização de estudos e demais ações existentes no que se referente à segurança do trabalho no setor público para garantir o bem-estar desses servidores nos postos de trabalho.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar estudos publicados em periódicos, relacionados à saúde ocupacional de servidores públicos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Buscar atualização de abordagens em segurança do trabalho de servidores públicos nos últimos 20 (vinte) anos;
- Identificar principais grupos de profissionais do serviço público atendidos por essas pesquisas;
- Identificar principais doenças ocupacionais que afetam os referidos profissionais do setor público;
- Apresentar as principais consequências decorrentes da má gestão da saúde ocupacional no serviço público;

2 JUSTIFICATIVA

Conforme explica Leão *et al.* (2015), pelo menos 21,8% dos empregos formais em 2015 correspondiam à administração pública do país, e as vastas categorias de profissionais lotados neste setor permitem realizar uma variedade de estudos dessas ocupações nos mais diversos âmbitos, porém, não se realizam tantas pesquisas que mapeiem as condições de trabalho enfrentadas por trabalhadores que desempenham funções no serviço público, a saber:

[...] os de limpeza urbana, as merendeiras, os coveiros, os porteiros, os operadores de máquinas, entre outros. Tal lacuna também é observada em relação aos servidores que atuam em funções de vigilância, policiamento e fiscalização, como guardas municipais, agentes de trânsito, fiscais de saúde pública, entre outros. Semelhantemente, servidores administrativos e técnicos, que não atuam em atividade-fim, mas que dão suporte para que a máquina pública funcione, e várias outras categorias profissionais, com exposição a riscos ocupacionais distintos, não tem sido alvos de pesquisas e podem ser prejudicados pela falta de avanços na saúde coletiva (LEÃO *et al.* 2015, p. 244).

Normalmente, os setores responsáveis pela promoção a saúde do servidor no setor público são gerenciados separadamente, dificultando a ampliação e alinhamento de políticas de prevenção à saúde do trabalhador (CARNEIRO, 2006), diferentemente de empresas privadas, que possuem departamentos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), instituídos e fiscalizados com maior frequência para garantir a segurança ocupacional.

Portanto, entende-se que, assim como os trabalhadores de empresas privadas, os servidores de instituições públicas também possuem o direito de trabalhar em ambientes adequados ao desenvolvimento saudável de suas atividades, que garantam bem-estar ocupacional e qualidade de vida. (VILLELA, 2014).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, de acordo com Santos (2011), em comparação a países de economia desenvolvida, a preocupação com a saúde dos trabalhadores surgiu tardiamente na República Velha (1889-1930), dessa forma, houve a necessidade de desenvolver uma legislação que compreendesse as atividades laborais acompanhando o processo de industrialização que ocorria no país, uma vez que, antes do surgimento das máquinas, as atividades desenvolvidas eram braçais e realizadas por escravos (índios e negros), além de serem de domínio privado.

Ferreira *et al.* (2012), destacou a interdependência entre a força de trabalho e o crescimento econômico, fazendo-se necessário voltar as atenções ao ambiente de trabalho que constantemente provocava danos à saúde dos colaboradores essenciais ao desenvolvimento, reforçando a importância da criação de normas de proteção para evitar as doenças ocupacionais.

Ao longo dos anos, conforme apresentado na Tabela 1, pode-se observar a criação gradativa de leis, decretos, portarias e demais ações para regulamentar a Saúde e Segurança do Trabalho no país, tendo em vista o bem-estar ocupacional dos trabalhadores.

Tabela 1 - Regulamentação da Saúde e Segurança do Trabalho ao longo dos anos

Ano	Regulamento
1930	Decreto nº 19.433 - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
1943	Decreto-lei nº 5.452 - Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)
1976	Decreto-lei nº 79.037 - Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT)
1977	Lei 6.514 - Alteração do Capítulo V da CLT
1978	Portaria nº 3.214 - Normas Regulamentadoras (NR)
1985	Lei nº 7.410 - Especialização dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos em Segurança do Trabalho

Fonte: elaborada pela autora (2021)

- **Ministério do Trabalho:** criado por Getúlio Vargas, em 1930, através do decreto nº19.433 para fiscalizar as relações trabalhistas no Brasil. É o órgão responsável por alterar as diretrizes das Normas existentes e/ou criar novos regulamentos, partindo do princípio que ocorrem mudanças no modo de execução das práticas laborais, assim como, também, surgem novos ambientes a medida que o desenvolvimento avança (LUIZ, 2018);

- **Consolidação das Leis Trabalhistas:** em maio de 1943, através do decreto-lei nº 5.452, foi instituída a Consolidação das Leis Trabalhistas, no governo do então Presidente Getúlio Vargas, estabelecendo as normas que regulam as relações de trabalho no Brasil, sejam estas individuais ou coletivas (BRASIL, 1943). A CLT passou a vigorar no país em meados do mês de novembro do mesmo ano e, desde então, vem sofrendo alterações (CEZAR, 2008). Porém, o aprimoramento destas normas relativas à Segurança do Trabalho pelos mais diversificados motivos, não englobam servidores públicos de modo generalizado, uma vez que é uma iniciativa voltada a trabalhadores contratados no regime celetista (NARDI e RAMMINGER, 2007);
- **Seguro de Acidentes do Trabalho:** o decreto-lei nº 79.037, de 24 de dezembro de 1976, aprovou o regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho a cargo do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), considerando-se como acidente de trabalho toda lesão corporal decorrente de atividade realizada em ambiente laboral ou a serviço da organização (BRASIL, 1976);
- **Alteração do Capítulo V da CLT:** em constante processo de atualização da legislação, surgiu a Lei 6.514 de 1977, que alterou o Capítulo V da CLT, ampliando as exigências sobre os cuidados acerca da saúde e segurança dos trabalhadores, fazendo-se necessário o detalhamento de diretrizes para os diversos ambientes de trabalho (BRASIL, 1977);
- **Criação das Normas Regulamentadoras:** para aprimorar a regulamentação, foi instituída a Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, que criou as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e a Medicina do Trabalho para vistoriar todas as atividades acerca dos riscos a saúde dos trabalhadores (BRASIL, 1978). Desde sua publicação, as Normas Regulamentadoras passam por atualizações periodicamente;
- **Especialização dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos em Segurança do Trabalho:** Lei nº 7.410 de 1985, regulamentou a especialização dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos em Segurança do Trabalho, considerando a importância da atuação destes profissionais para identificar e buscar reduzir os riscos ocupacionais inerentes as atividades laborais (BRASIL, 1985).

3.2 SEGURANÇA DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Desde a sua publicação, a CLT fundamenta a legislação trabalhista no país, sendo, inicialmente, publicada para atender aos trabalhadores do regime celetista, dessa forma, as normas regulamentadoras não especificavam diretrizes considerando os servidores da máquina pública (NARDI e RAMMINGER, 2007).

Porém, a saúde do trabalhador é expressa como direito humano fundamental estabelecido na Constituição Federal de 1988, com base no advento da dignidade da pessoa humana, portanto é um direito social constituído juridicamente (SILVA, 2007).

Com base nesse princípio, pode-se validar a aplicação das Normas Regulamentadoras compatíveis as particularidades de cada atividade nesse setor para manutenção da integridade física e mental dos servidores públicos, proporcionando meio ambiente adequado à realização de suas atividades, bem como valida a exigência do Ministério Público do Trabalho quanto ao cumprimento destas normas (VILLELA, 2014).

3.3 NORMAS REGULAMENTADORAS

Por meio da Portaria nº3.214, o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou 28 (vinte e oito) Normas Regulamentadoras citadas no Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecendo requisitos de segurança obrigatórios a instituições públicas ou privadas que admitissem colaboradores, para identificar, controlar e prevenir possíveis riscos à saúde ocupacional (BRASIL, 1978).

Com as revisões necessárias, outros regimentos foram criados posteriormente sendo incorporados à Portaria nº3.214/78 seguindo a mesma estrutura das Normas já existentes (SANTOS, 2011). Desse modo, foram incrementadas 8 (oito) novas Normas ao regulamento e, atualmente, existem 36 (trinta e seis) Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho (GONÇALVES, 2015).

A seguir, apresenta-se a relação das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, conforme elencado por Gonçalves (2015):

- NR-01: Disposições gerais;
- NR-02: Inspeção prévia;
- NR-03: Embargo ou interdição;
- NR-04: SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina

do Trabalho;

- NR-05: CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- NR-06: EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- NR-07: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR-08: Edificações;
- NR-09: PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR-11: Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
- NR-12: Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- NR-13: Caldeiras, vasos de pressão e tubulações;
- NR-14: Fornos;
- NR-15: Atividades e Operações Insalubres;
- NR-16: Atividades e Operações Perigosas;
- NR-17: Ergonomia;
- NR-18: Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR-19: Explosivos;
- NR-20: Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;
- NR-21: Trabalhos a céu aberto;
- NR-22: Segurança e saúde ocupacional na mineração;
- NR-23: Proteção contra incêndios;
- NR-24: Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- NR-25: Resíduos industriais;
- NR-26: Sinalização de segurança;
- NR-27: Registro profissional do Técnico de Segurança no Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego;
- NR-28: Fiscalização e Penalidades;
- NR-29: Segurança e saúde no trabalho portuário;
- NR-30: Segurança e saúde no trabalho aquaviário;
- NR-31: Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura;
- NR-32: Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde;
- NR-33: Segurança em saúde no trabalho em espaços confinados;

- NR-34: Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e reparação naval;
- NR-35: Trabalho em altura;
- NR-36: Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados.

3.4 RISCOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

3.4.1 Norma Regulamentadora nº 9

A classificação de riscos foi publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria nº 25, em 29 de dezembro de 1994, que aprovou o texto da Norma Regulamentadora nº 9 – Riscos Ambientais, sendo denominado Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, organizando os grupos de riscos ambientais de acordo com a sua natureza (BRASIL, 1994).

Dessa maneira, classificam-se os riscos em 5 (cinco) grupos distintos:

- **Físicos:** riscos em forma de energia presente no ambiente que podem provocar algum impacto no corpo humano. São agentes físicos de risco o ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não-ionizantes;
- **Químicos:** aqueles que podem ser absorvidos pelas vias respiratórias, por contato direto com a pele ou por ingestão. São agentes químicos de risco os gases, vapores, poeiras, neblinas, névoas;
- **Biológicos:** são os organismos vivos que também são capazes de penetrar no corpo humano. São agentes biológicos de risco as bactérias, parasitas, vírus, entre outros similares;
- **Ergonômicos:** são condições de trabalho que expõem o trabalhador a estresse físico e mental, provocando sérios distúrbios, afetando seu bem estar psicofisiológico, levando o indivíduo a desenvolver doenças ocupacionais, que podem ser Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) através de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e, doenças psicológicas advindas de estresse ocupacional pela sobrecarga proporcionada pelo ambiente de trabalho;
- **Acidentais:** são riscos que podem levar ao comprometimento da integridade física de

colaboradores, devido a ambiente inadequado à realização de suas funções.

Esta norma estabelece que, para implantação de medidas de prevenção, sejam adotadas as diretrizes especificadas na NR-15, que define os limites de tolerância de exposição dos trabalhadores ao risco.

3.4.2 Norma Regulamentadora nº 15

A NR-15 foi criada com base no artigo nº 189 da CLT (Lei nº 6.514/77), que dispõe sobre Atividades e Operações Insalubres que, por sua natureza, expõem os trabalhadores a ambientes laborais que oferecem riscos à saúde, colocando-os acima dos limites de tolerância fixados, considerando o agente nocivo, a intensidade e o tempo de exposição aos seus efeitos.

Segundo Carrasco (2012), a existência da Norma por si só não é totalmente efetiva, devendo ser considerada a hipótese de revisar e atualizar a Norma incluindo ações capazes de conduzir os empregadores a controlar ou reduzir a exposição dos trabalhadores a estes agentes nocivos, evitando complicações posteriores.

Atualmente, a NR-15 possui 13 (treze) anexos em sua composição, em que cada anexo discorre sobre um tipo de atividade com características específicas, estabelecendo níveis de tolerância para exposição do trabalhador aos agentes nocivos de cada atividade, e ainda, define adicional de insalubridade para aquelas atividades em que não é possível minimizar os efeitos dessa exposição (Lei nº 3.214/78).

Os anexos desta norma tratam, especificamente, de:

- Anexo N° 1: limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente;
- Anexo N° 2: limites de tolerância para ruídos de impacto;
- Anexo N° 3: limites de tolerância para exposição ao calor;
- Anexo N° 4: revogado pela Portaria nº 3.751/90;
- Anexo N° 5: radiações ionizantes;
- Anexo N° 6: trabalho sob condições hiperbáricas;
- Anexo N° 7: radiações não-ionizantes;
- Anexo N° 8: vibração;
- Anexo N° 9: frio;
- Anexo N° 10: umidade;
- Anexo N° 11: agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho;

- Anexo N° 12: limites de tolerância para poeiras minerais;
- Anexo N° 13: agentes químicos;
- Anexo N° 13-A: benzeno;
- Anexo N° 14: agentes biológicos.

De acordo com a norma (NR-15), os adicionais de insalubridade são definidos em:

- 40% para insalubridade de grau máximo;
- 20% para insalubridade de grau médio;
- 10% para insalubridade de grau mínimo.

Para efeitos de cálculo de adicionais nos casos em que ocorrem mais de um fator de insalubridade, serão considerados apenas o fator de grau mais elevado, sendo proibido o acúmulo de adicionais, de acordo com o item 15.3 da norma (Lei nº 3.214/78).

4 METODOLOGIA

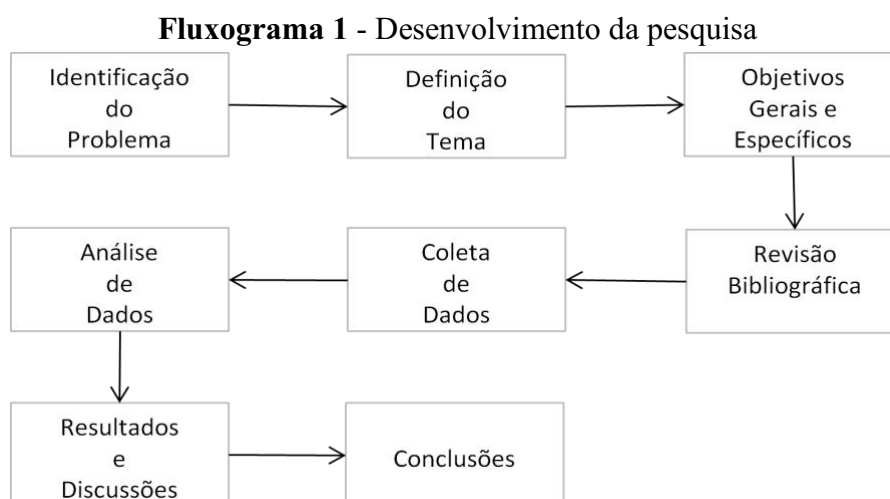
A metodologia da pesquisa aborda a sequência de etapas que levaram a construção do trabalho, evidenciando todo o processo de elaboração, desde a definição do tema, embasamento teórico, coleta e análise de dados, até a apresentação dos resultados (MORESI, 2003). Sendo definida quanto à sua finalidade, natureza, abordagem e procedimento adotado.

Quanto à finalidade, a pesquisa classifica-se como básica, uma vez que é focada no estudo dos conceitos apresentados, considerando que não houve aplicação prática no setor estudado (FONTELLES, 2009). Para tal, foram consultadas fontes primárias, sendo estas as pesquisas científicas publicadas em periódicos propiciando constante atualização de informações acerca do tema, assim como igualmente foram utilizadas fontes secundárias, que são sínteses organizadas em bibliografias, manuais e catálogos (PINHEIRO, 2006).

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, pois buscou-se por referências científicas, afim de proporcionar um melhor entendimento sobre o tema, considerando estudos semelhantes realizados anteriormente (MATTAR, 1999).

De acordo com Fontelles (2009) acerca da abordagem metodológica, a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois busca compreender ocorrências de natureza específicas sem considerar análises numéricas, seguindo procedimento bibliográfico com base em estudos publicados anteriormente, como também, procedimento documental, sendo este caracterizado pela consulta a documentos da legislação vigente e de órgãos públicos.

Para melhor compreensão, foi elaborado um Fluxograma, apresentando as etapas de desenvolvimento desta pesquisa. Conforme explica Lins (1993), o Fluxograma é uma ferramenta da qualidade utilizada para descrever a sequência de atividades realizadas ao longo do processo.



Fonte: elaborado pela autora (2021)

Como apresentado no Fluxograma 1, o desenvolvimento do trabalho foi construído a partir das seguintes etapas:

- **Identificação do problema:** observou-se a partir do pressuposto que não há acompanhamento do trabalho no setor público no que se refere a saúde ocupacional dos servidores das mais diversas categorias;
- **Definição do tema:** foi escolhido com o propósito de expor uma abordagem atualizada acerca de estudos das condições de trabalho dos servidores públicos e agravos a saúde dos servidores decorrentes da ineficiência de acompanhamento das normas no setor;
- **Objetivos gerais e específicos:** como objetivo geral, pretendeu-se analisar estudos relacionados à saúde ocupacional de servidores públicos acerca da Segurança do Trabalho, evidenciando a necessidade de maior atenção a implantação das normas de segurança no ambiente de trabalho desses profissionais. Para tal, também definiu-se objetivos específicos para conseguir alcançar a proposta do trabalho;
- **Revisão bibliográfica e coleta de dados:** a revisão bibliográfica dividiu-se em duas etapas. A primeira etapa iniciou-se fazendo consulta a legislação vigente no Brasil, também realizaram-se consultas a livros digitalizados e publicações atualizadas em portais acadêmicos, como as plataformas *Google Scholar* e *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, afim de conceituar os termos apresentados. A segunda etapa consistiu em buscar no Portal de Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estudos realizados ao longo dos últimos 20 (vinte) anos para identificar a evolução de pesquisas sobre o tema. Teve como utilização o operador lógico booleano *and* para estabelecer relação entre os termos “saúde ocupacional” e “servidor público” nos campos de busca para refinar a pesquisa e retornar os resultados que tinham mais proximidade com a temática;
- **Análise de dados:** para esta etapa, as pesquisas foram filtradas quanto a títulos, resumos e palavras-chaves e tipo de material, sendo considerados para resultados somente as produções de artigos científicos. Na análise, enfatizou-se a população estudada, objetivos propostos nos trabalhos e resultados alcançados;

- **Resultados e discussões:** realizou-se análise sobre os artigos resultantes da aplicação dos filtros considerados importantes para a pesquisa. Os trabalhos foram apresentados na sequência em que foram escolhidos. O foco de análise foi mantido sobre os objetivos e principais resultados dos artigos. Também foram apresentadas as quantidades de estudos realizados ao longo dos anos, bem como os periódicos que publicaram a respeito do tema;
- **Conclusões:** foram elencadas as principais contribuições do trabalho, as considerações sobre os objetivos geral e específicos propostos. Também foram descritas as limitações encontradas para realização da pesquisa, assim como foram sugeridos trabalhos para serem realizados futuramente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 FILTRAGEM DE RESULTADOS

Utilizando o conector *AND*, limitando a pesquisa no período de 2001-2021, foi possível encontrar os resultados apresentados, a seguir, na Tabela 2.

Tabela 2 - Filtros utilizados para identificação de produção científica sobre o tema

Filtros Utilizados	Nº de ocorrências em resultados
Filtro 1 – Busca pelos termos “saúde ocupacional” e “servidor público”	79
Filtro 2 – Artigos Científicos	68
Filtro 3 – Título, resumo e palavras-chave	23
Filtro 4 – Aderência ao tema da pesquisa	8

Fonte: elaborada pela autora (2021)

No total, 79 (setenta e nove) resultados atenderam a busca pelos termos “saúde ocupacional” e “servidor público”, sendo encontradas 68 (sessenta e oito) publicações de artigos científicos, onde as ocorrências de resultados se concentraram nos anos de 2008 a 2021. Para verificar a aderência ao tema da pesquisa, foi feita a análise de títulos, resumos e palavras-chave, sendo filtrados 23 (vinte e três) trabalhos e, a partir da leitura, verificou-se que 8 (oito) melhor atenderam a proposta do trabalho.

5.1.1 Dados Coletados

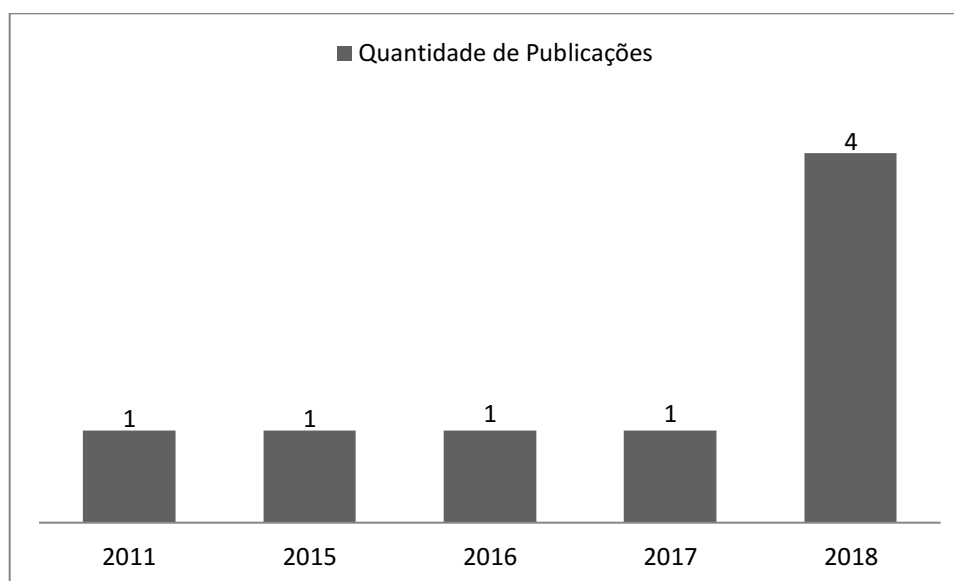
De acordo com a filtragem de resultados apresentada anteriormente, foi possível elaborar uma lista com artigos considerados relevantes para a área estudada. Dessa maneira, apresenta-se na Tabela 3, a lista com o portfólio de artigos científicos escolhidos para esta análise.

Tabela 3 - Portfólio de artigos científicos selecionados

Nº	Título do Artigo
1	Estresse ocupacional na administração pública brasileira: quais os fatores impactantes? (BALASSIANO; TAVARES; PIMENTA; 2011)
2	Estresse ocupacional e fatores associados em servidores públicos de uma universidade federal do sul do Brasil (LOPES; DA SILVA; 2018)
3	Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil (BASTOS <i>et al.</i> , 2018)
4	Absentéismo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura (SANTI, D. B; BARBIERI, A. R.; CHEADE, M. de F. M.; 2018)
5	O perfil do absentéismo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010-2015 (DANIEL, E.; KOERICH, C. R. C.; LANG, A.; 2017)
6	Absentéismo-doença no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Vitória (BASTOS, V. G. A; SARAIVA, P. G. C; SARAIVA, F. P.; 2016)
7	Perfil epidemiológico do absentéismo-doença na Fundação Oswaldo Cruz no período de 2012 a 2016 (SANTA-MARINHA, M. S., <i>et al</i> , 2018)
8	Acidente de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde em hospital de referência (DOS SANTOS, E. P, Jr., <i>et al</i> , 2015)

Fonte: elaborada pela autora (2021)

A partir da Tabela 3, apresentada anteriormente, verificou-se 8 (oito) estudos que adequaram-se a pesquisa em questão. Contudo, percebe-se que ainda trata-se de uma área em ascensão, tendo em vista que a maioria das pesquisas desenvolveram-se somente nos últimos 3 (três) anos. Nesse sentido, o Gráfico 1 apresenta essa tendência, considerando a distribuição dessas publicações feitas ao longo dos anos 2011 – 2018.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos científicos publicados entre os anos 2011-2018

Fonte: elaborada pela autora (2021)

Apesar do recente interesse dos pesquisadores acerca da temática, conforme apresentado no Gráfico 1, a quantidade de estudos publicados acerca da saúde ocupacional de servidores públicos ainda são consideravelmente baixas, em comparação a quantidade de pesquisas sobre saúde ocupacional com ênfase em profissionais do setor privado. Para efeitos de comparação, utilizando os mesmos padrões de refinamento de buscas, porém sem dar ênfase aos servidores públicos, obteve-se o expressivo resultado de 1.601 (um mil seiscentos e uma) publicações nas duas últimas décadas acerca da saúde ocupacional dos trabalhadores do setor privado.

Outra importante análise, é com relação aos periódicos onde foram publicados os referidos trabalhos. Sendo assim, a Tabela 4 apresenta a relação de periódicos que publicaram os artigos sobre o tema, quantidade de publicações que constam no portfólio de análise e ano das publicações.

Tabela 4 - Relação de periódicos em que estão publicados os artigos científicos que compõem a base da pesquisa

Relação de Periódicos	Quantidade	Ano
Revista de Administração Pública	1	2011
Revista Ciência e Saúde Coletiva	1	2018
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	1	2015
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	1	2016
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	1	2017
Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	3	2018

Fonte: elaborada pela autora (2021)

Considera-se importante ressaltar que as maiores concentrações dos estudos mais recentes foram publicadas pela Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, apresentada na Tabela 4, com uma contribuição de 6 (seis) artigos científicos que contemplam a temática da saúde ocupacional de servidores públicos em seu portfólio de publicações, ao longo de 4 (quatro) anos consecutivos. Também figura como um dos estudos mais recentes, uma publicação da Revista Ciência e Saúde Coletiva. Em contrapartida, no portal de periódicos SciELO, consta apenas 1 (um) trabalho publicado há uma década.

5.1.2 Análise de Dados

Utilizou-se o Quadro 1, apresentado abaixo, para realizar a síntese de resultados dos artigos que abordam a saúde ocupacional de servidores públicos.

Os artigos estão enumerados seguindo a mesma ordem em que se apresentaram no portfólio de publicações, ilustrado na Tabela 3.

Quadro 1 - Síntese de resultados dos artigos científicos

Nº	População Estudada	Objetivos	Principais Resultados
1	242 funcionários públicos federais civis ativos, vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro.	Identificar fatores que influenciam no estresse ocupacional de servidores.	Os fatores do ambiente laboral causadores de estresse fisiológico e psicológico utilizados para análise através da percepção dos servidores foram: emocional, social e mobilidade. Concluiu que, fatores emocionais no ambiente de trabalho influenciam no estresse psicológico, mais do que fatores sociais.
2	371 servidores	Investigar a prevalência	Identificou estresse ocupacional associado

	técnico-administrativos de uma Universidade Federal do Sul do Brasil	de estresse relacionado a condições sociodemográficas, comportamentais e oriundas do trabalho.	à estrutura de trabalho inadequada e à ausência de apoio social dentro da organização. O estudo mostrou que boa parte dos trabalhadores analisados estava desempenhando suas funções sob estresse no ambiente de trabalho.
3	Servidores públicos de uma instituição de ensino no Ceará.	Identificar, através de consulta a banco de dados, principais causas de afastamento dos profissionais no ano de 2016.	Transtornos mentais e comportamentais representaram maior percentual de motivos de afastamento. Observou, brevemente, que houveram afastamentos provocados por doenças musculoesqueléticas e neoplasias. Reforça que o fator produtividade está diretamente relacionado ao bem-estar ocupacional, sendo necessária uma atenção maior por parte das gestões.
4	Servidores públicos brasileiros	Investigar causa do absenteísmo-doença em servidores públicos brasileiros.	Concluiu que as principais causas de absenteísmo-doença em profissionais do setor público são, predominantemente, doenças osteomusculares, transtornos comportamentais e mentais, com maior incidência em profissionais do sexo feminino, nas áreas da saúde e educação.
5	Servidores públicos municipais de Curitiba	Identificar as principais causas de absenteísmo dos servidores municipais de Curitiba utilizando banco de dados.	Analisou que, de 2010-2015, pelo menos 56% dos servidores registraram afastamento por doenças, sendo uma média de 3,5 registros ao ano por servidor. Discutiu-se que a população de Curitiba aumentou 7,3% ao longo dos 5 anos e o quadro de funcionários municipais aumentou 2,28%, podendo ser esta a causa do aumento de doenças dos servidores, devido aumento da demanda por serviços públicos, significando aumento da carga de trabalho.
6	Servidores públicos municipais de Vitória	Realizar estudo epidemiológico e descritivo para identificar causas de absenteísmo-doença dos servidores municipais no ano de 2012.	Constatou que em 2012 foram realizados 18.426 atendimentos de saúde de caráter ocupacional, sendo concedidas 14.271 licenças para tratamento de saúde. Identificou que o absenteísmo-doença dos servidores municipais de Vitória é causado, em maioria, por doenças do aparelho respiratório, osteomusculares e aparelho conjuntivo.
7	Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Identificar a ocorrência de solicitação de licenças médicas dos servidores e suas características predominantes, de 2012 a 2016.	Os resultados quantificaram percentualmente as ocorrências, sendo significativas as taxas para licenças por acidente de trabalho e absenteísmo, representado 2,30% e 2,89%, respectivamente. Como causas predominantes relativas ao trabalho obtiveram-se: transtornos musculoesqueléticos (21,2%), transtornos mentais e comportamentais (13,1%).
8	Profissionais de	Analisar fatores	Concluiu-se que os acidentes de trabalho

	hospital público de referência	desencadeadores de acidentes de trabalho com materiais perfurocortantes.	ocorreram por falta de utilização de EPIs ou manuseio incorreto dos materiais perfurocortantes. A criação de rotina de treinamentos que orientem sobre segurança do trabalho e a importância da utilização correta de EPI são indicados.
--	--------------------------------	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Com base nas observações apresentadas anteriormente, as pesquisas concentram-se em analisar a ocorrência de doenças laborais de servidores públicos que ocasionam absenteísmo-doença ou solicitação de licença de afastamento do ambiente de trabalho.

Em casos de absenteísmo-doença, observa-se como foco principal o estudo acerca da saúde ocupacional e bem estar dos servidores de maneira generalizada, buscando entender quais motivos provocam o afastamento dos profissionais, baseando-se em bancos de dados estatísticos locais.

As doenças ocupacionais abordadas nas pesquisas foram: estresse ocupacional, transtornos mentais e comportamentais, doenças osteomusculares, doenças do aparelho conjuntivo, doenças respiratórias e neoplasias. E ocorrem com mais frequência: estresse ocupacional, transtornos mentais e doenças osteomusculares. Na pesquisa acerca dos acidentes de trabalho, não há controles que alertam para a conscientização dos riscos ambientais para a saúde, tendo em vista o exposto na NR-9.

Em todos os artigos analisados, consideraram-se para efeito de diagnóstico do problema, as solicitações de afastamento, os absenteísmos oriundos de adoecimento e as características demográficas dos servidores nas esferas municipais, estaduais e federais objetos de estudos. Não foram abordadas as peculiaridades do ambiente laboral que contribuíram para a ocorrência de doenças ocupacionais dos servidores públicos.

Os estudos apresentaram fundamentos para colaborar com a adoção de medidas que possam proporcionar melhora na qualidade de vida no trabalho e, conseqüentemente, contribuir para o aumento da produtividade no setor, cooperando para direcionar ações mitigadoras que reduzam absenteísmo, afastamentos e acidentes no ambiente de trabalho que sobrecarregam o sistema previdenciário.

Estes trabalhos, não trataram como assunto principal o agente causador de problemas existentes nas atividades desenvolvidas nos setores da máquina pública, tentaram diagnosticar o efeito que é provocado na saúde dos servidores, através do registro histórico em bancos de dados. Nota-se, ainda, que as pesquisas se restringem a pequenos grupos de trabalhadores, não havendo qualquer base teórica que se estenda as outras diversas categorias de servidores, como por exemplo, auxiliares de limpeza, cozinheiros, motoristas, garis, porteiros, etc.

Implica dizer que, em todos os casos, não se encontraram trabalhos que experimentassem a implantação de controles baseados nas normas regulamentadoras de segurança no ambiente de trabalho, visando a redução de ocorrências de doenças ocupacionais.

Percebe-se pelo ano das publicações que, os princípios do SESMT especificados nas NRs que regulamentam a implantação de SESMT em empresas do regime público ou privado, não são abordados como medida preventiva em grande maioria das repartições públicas.

A adequação as normas de segurança podem reduzir os índices de afastamentos por doenças do trabalho ocasionadas por condições insalubres. Esses afastamentos, por sua vez, causam sobrecarga do sistema previdenciário. Logo, o descaso quanto à implantação e acompanhamento eficiente de sistemas de segurança do trabalho, se desdobram em outros problemas na administração pública.

6 CONCLUSÕES

A Segurança do Trabalho de modo geral trata-se da promoção do bem-estar dos profissionais nos mais diversificados setores de atuação existentes, afim de garantir o controle de ocorrências em ambientes laborais que causem danos aos trabalhadores, seja de curto ou longo prazo.

Entende-se que, acidentes provocados por condições inadequadas de trabalho, bem como o trabalho prejudicial à saúde no longo prazo, podem causar afastamento dos profissionais, além de consequências graves nos casos mais sérios, podendo levar a perda da vida. Todos esses problemas, em qualquer grau de seriedade, acabam provocando perda de recursos humanos ou financeiros, ambos fundamentais para a execução de atividades em qualquer setor.

A criação de órgãos regulamentadores e setores de controle direcionados a segurança ocupacional, visa tornar os ambientes de trabalhos propícios ao exercício das profissões, dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar a realização de estudos referentes a saúde ocupacional de servidores públicos, para estudar a existência de fatores que influenciam diretamente a saúde ocupacional de servidores públicos, buscando como embasamento a legislação vigente e órgãos regulamentadores. Para isso, foram definidos os objetivos específicos considerados pertinentes ao entendimento do tema.

Acerca do primeiro objetivo específico, onde se propôs buscar atualização de abordagens em segurança do trabalho de servidores públicos nos últimos anos, pode-se observar que a realização de estudos e adoção de práticas que proporcionem ambiente laboral seguro e produtivo ao servidor público, não são explorados na mesma intensidade que os segmentos de empresas privadas, apontando para o descaso existente quando se trata de adequadas condições de trabalho e controle de saúde ocupacional da categoria.

O segundo objetivo específico dessa pesquisa buscou identificar os principais grupos de profissionais do serviço público onde se concentram o maior número de pesquisas, com isso, conclui-se que os estudos são voltados a servidores de áreas administrativas e a profissionais da saúde, dentre as diversas profissões que movimentam a máquina pública, evidenciando a necessidade de implantar ações mínimas que atendam a essa classe de trabalhadores.

Contemplando o terceiro objetivo específico, foram identificadas as principais doenças ocupacionais que afetam os referidos profissionais do setor público, como fatores causadores de afastamento e absenteísmo-doença. Destacam-se as doenças por DORT/LER,

características de atividade em ambientes insalubres que possuem riscos ergonômicos que afetam diretamente a qualidade de vida no trabalho. Também foram abordadas ocorrências de estresse ocupacional, provocado por sobrecarga de trabalho. E, por último, acidentes de trabalho pela ausência de treinamentos acerca do uso adequado de EPIs e pela ausência de indicadores de riscos ocupacionais, implicando em agravos a saúde por exposição a riscos ambientais não controlados.

Como último objetivo específico, buscou-se apresentar as principais consequências decorrentes da má gestão da saúde ocupacional no serviço público. Dentre elas, pode-se destacar a sobrecarga do sistema previdenciário devido a quantidade de ocorrências solicitando afastamento de atividades profissionais por doenças ocupacionais, conseqüentemente, esses profissionais necessitam de atendimento jurídico e pericial que atenda aos seus direitos sociais, estando a cargo do INPS os desdobramentos acerca dessas ocorrências, podendo provocar o aumento do *déficit* monetário nessas instituições. Além disso, as atividades desempenhadas por servidores públicos em qualquer nível são de suma importância para a sociedade, pois os serviços prestados se complementam em todas as demandas sociais.

Portanto, pode-se falar que as pesquisas realizadas são pequenos avanços acerca da busca por melhorias de condições de trabalho dos servidores públicos, mas ainda não são suficientes para diagnosticar a situação atual de trabalho da grande maioria dos profissionais. Além de não haver bases estatísticas eficientes que apontem para o problema da administração pública, quanto a mitigar os fatores prejudiciais ao trabalho destes servidores.

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS

Como fatores limitantes desta pesquisa, pode-se destacar a escassez de trabalhos abordando a segurança laboral do servidor público na base de dados voltados à aplicação das Normas Regulamentadoras da Segurança do Trabalho que visem a melhoria da saúde ocupacional no setor público, sobretudo quando se trata do afastamento dos profissionais, das mais diversas categorias deste setor, principalmente os que estão lotados em ambientes laborais de serviços operacionais, onde se supõe que há maiores problemas quando se fala em locais inadequados a execução saudável de atividades. Essa ausência de pesquisas torna-se uma lacuna para avanço e o controle de segurança ocupacional de profissionais do serviço público, no que diz respeito a criação de políticas públicas mais específicas.

Considerando a importância da temática abordada nesse trabalho, sugere-se a realização de novos estudos a partir das seguintes perspectivas:

- Utilizar a metodologia adotada nesse estudo para buscar por trabalhos publicados em outras bases de dados, em outros formatos e em outros idiomas, expandindo o panorama de análise;
- Identificar como o tema está sendo abordado em outros países, possibilitando estudo comparativo entre países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento;
- Realizar estudos de caso nas categorias operacionais do setor público, a fim de identificar os problemas e possibilitar uma análise detalhada voltada exclusivamente para estes profissionais;
- Realizar estudo comparativo de segurança no trabalho e demais diretrizes entre a iniciativa privada e o setor público.

Essas são algumas sugestões para continuidade e complementaridade de estudos com enfoque principal na segurança do trabalho de servidores públicos, pois se considera que este é um seguimento abrangente de análise que necessita de maior atenção. Portanto, maiores contribuições são possíveis abordando este amplo campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, DF, dez. 1977.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. NR 9, Norma Regulamentadora-9 (1994) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, DF, 30 dez. 1994.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Portaria n.º 3.214, de 8 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, DF, jun. 1978.

BRASIL, Decreto-lei nº 79.037, de 24 de dezembro de 1976. Aprova o Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79037-24-dezembro-1976-428029-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: janeiro 2021.

BRASIL, Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985. Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17410.htm. Acesso em: janeiro 2021.

BALASSIANO, Moisés.; TAVARES, Elaine.; PIMENTA, Roberto da Costa. Estresse ocupacional na administração pública brasileira: quais os fatores impactantes?. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 751-774, 2011.

BASTOS, Maria Luiza Almeida *et al.* Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 53-59, 2018.

BASTOS, Vitor Guerzet Ayres.; SARAIVA, Patricia Grativol Costa.; SARAIVA, Fábio Petersen. Absenteísmo-doença no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Vitória. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 3, p. 192-201, 2016.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho Guia Prático e Didático**. Saraiva Educação SA, 2018.

BORGES, José Carlos. Atividades insalubres, perigosas e penosas: direitos, privilégios e incoerências. *In: Anais do III Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde*. 1996. p. 151-2.

CARNEIRO, Sérgio Antonio Martins. Saúde do trabalhador público: questão para a gestão de pessoas a experiência na Prefeitura de São Paulo. **Revista do serviço público**, v. 57, n. 1, p. 23-49, 2006.

CARRASCO, Thiago dos Santos. **Análise comparativa dos parâmetros de exposição qualitativos do anexo 13 da Norma Regulamentadora 15 e as Referências da ACGIH**, 2012.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 3, n. 7, p. 13-20, 2008.

DANIEL, Edevar.; KOERICH.; Cynthia Rosana Carvalho.; LANG, Amarildo. O perfil do absenteísmo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010 a 2015. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 142-9, 2017.

DOS SANTOS JUNIOR, Edson Pedroza *et al.* Acidente de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais e estudantes da área da saúde em um hospital de referência. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 13, p. 69, 2015.

FERREIRA, Breno Lohner Alcântara *et al.* Segurança no trabalho uma visão geral. **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 1, p. 95-101, 2012.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Saúde e segurança do trabalho no Brasil. **Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil. Brasília**, p. 19-78, 2017.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Saúde e Segurança no Trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2015.

LEÃO, Ana Lúcia de Melo et al. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, p. 262-277, 2015.

LINS, Bernardo FE. Ferramentas básicas da qualidade. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, 1993.

LUIZ, Marilei. Principais treinamentos exigidos pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. **Engenharia de Segurança do Trabalho-Florianópolis**, 2018.

MATTAR, FauzeNajib *et al.* **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de saúde pública**, v. 25, p. 341-349, 1991.

MORESI, Eduardo *et al.* Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

SAMUEL, Volsz.; SILVA, Marcelo Cozzensa da. Estresse ocupacional e fatores associados em servidores públicos de uma universidade federal do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3869-3880, 2018.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual**. 2006.

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, **Henrique Caetano**. **Saúde do trabalhador: um (não) olhar sobre o servidor público**. 2007.

SANTI, Daniela Bulcão *et al.* Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 71-81, 2018.

SANTA-MARINHA, Marden Samir et al. Perfil epidemiológico do absenteísmo-doença na Fundação Oswaldo Cruz no período de 2012 a 2016. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 457-65, 2018.

SANTOS, Adolfo Roberto Moreira. O ministério do trabalho e emprego e a saúde e segurança no trabalho. *In*: CHAGAS, Ana Maria de Resende.; SALIM, Celso Amorim.; SERVO, Luciana Mendes Santos (Org.). **Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores**. Brasília: Ipea, 2011. p. 21-75.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A saúde do trabalhador como um direito humano. **A saúde do trabalhador como um direito humano**, 2007.

VILLELA, Fábio Goulart; MAGNA, Carta. **A proteção do meio ambiente do trabalho no serviço público**. 2014.